

# Mercocidades comemora 20 anos com novo estatuto

Divulgação Pref. SP



Com novo estatuto e estrutura organizacional, a XX Cúpula da Mercocidades foi realizada em São Paulo (SP). A mudança democratiza a governança da rede, envolvendo mais prefeitos. Durante o evento, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, foi empossado presidente da Rede. A capital paulista substitui a cidade argentina Rosário e ficará no posto até o fim de 2016. [Págs. 14 e 15](#)

## Aprovada PEC dos Precatórios

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de novembro, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 74, que trata sobre o pagamento de precatórios. Até o fechamento desta edição, os prefeitos aguardavam a análise do texto em segundo turno para seguir a votação no Senado Federal, também em duas etapas. [Pág. 12](#)

## COP 21: debates sobre o clima em Paris

Prefeitos brasileiros participam, em Paris, da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). O evento internacional, que busca um acordo entre os países para a diminuição de gases de efeito estufa, segue até 11 de dezembro. [Pág. 17](#)

## Iluminação pública

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (estado de São Paulo) considerou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) não tem prerrogativa para determinar que os ativos de iluminação pública passem a ser responsabilidade das administrações municipais. [Pág. 4](#)

## Operações de crédito internacional

Em resposta ao posicionamento do ministério da Fazenda, que declarou ser insustentável a aprovação de todas as operações de crédito solicitadas pelos entes subnacionais, a FNP divulgou uma nota reafirmando a necessidade de liberação de mais recursos ainda em 2015. [Pág. 3](#)

## Prefeitos se reúnem para enfrentar desastre ambiental



Prefeitos mineiros e capixabas debateram uma proposta de criação de equipe técnica para ajudar com ações de enfrentamento às consequências do desastre do rompimento da barragem em Mariana (MG). [Pág. 6](#)

Breno Patarco/PBH

# { EDITORIAL }

## Mudanças climáticas: as cidades têm propostas

\*Artigo publicado originalmente no UOL - 1º/12/2015

Atualmente, metade da população mundial vive nas cidades. Até 2030, serão dois terços dos cerca de 8,5 bilhões de cidadãos. Para acolher esse novo contingente, será necessário ampliar em 60% a infraestrutura urbana. Hoje, os centros urbanos são responsáveis diretos por mais de 70% de toda a energia consumida e por quase metade das emissões globais de gases de efeito estufa.

Diante desse cenário, os prefeitos que integram a delegação brasileira na COP 21 vão divulgar, em Paris, documento construído em parceria com o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade), ANAMMA (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente), CB27 (Fórum das Capitais Brasileiras) e FONARI (Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais), ressaltando o potencial das cidades brasileiras para a redução das emissões atreladas às melhorias na qualidade de vida da população. Essa iniciativa também está diretamente associada ao que foi tratado na audiência de mais de 60 prefeitos das principais cidades do mundo com o Papa Francisco, em julho deste ano, em Roma. Na ocasião, o Pontífice convocou os prefeitos a pressionarem os Governos Centrais para a assinatura de acordos mais efetivos e ousados para o enfretamento das mudanças climáticas.

A crise ecológica já tem se refletido em piora na qualidade de vida das pessoas, principalmente dos mais vulneráveis social e economicamente. Essa situação coloca em risco os avanços conquistados no enfrentamento da miséria e das desigualdades nas últimas décadas, refletindo-se no cotidiano dos municípios que governamos. Todas as cidades - especialmente aquelas em rápido crescimento dos países em desenvolvimento, como o Brasil - são altamente vulneráveis aos impactos do aumento da temperatura na terra.

Assim, os governos locais e regionais desempenham um papel crucial nos esforços nacionais e globais pela redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), na manutenção do aumento das temperaturas abaixo dos 2°C e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Em especial, nos setores de transporte, resíduos, saneamento, energia e construções, que representam os maiores geradores de GEEs nos municípios, as mudanças poderão

ser mais efetivas se acontecerem nas cidades.

Conscientes dessa necessidade de construir cidades melhores, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) realiza, a cada dois anos, o maior evento sobre sustentabilidade urbana do Brasil, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Durante três dias, milhares de governantes, parlamentares, gestores, acadêmicos, especialistas e estudantes se dedicam a compartilhar experiências e formular propostas concretas.

Resultado dessa consciência é que já há cidades brasileiras adotando metas para desatrelar o desenvolvimento econômico do aumento de emissões de GEE em seus territórios e nos padrões de produção e consumo. Neste sentido, quase 40 prefeitos brasileiros já estão comprometidos com o Compacto de Prefeitos em esforços ambiciosos visando reduzir emissões e promover a adaptação e resiliência ao clima. É bom lembrar que cerca de 400 prefeitos de todo o mundo estão comprometidos com este pacto. Cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte já estão em conformidade plena com esses critérios propostos.

Além disso, também buscaremos construir uma política climática nacional mais articulada e eficaz com a inclusão da representação de autoridades municipais em especial no Núcleo de Articulação Federativa para o Clima. Temos convicção, ainda, de que o sucesso da agenda de combate às mudanças climáticas no Brasil dependerá de que os governos municipais também tenham acesso aos instrumentos e recursos necessários para executar as ações definidas pelas negociações da COP.

No entanto, sabemos que esses esforços ainda são insuficientes em ambição, nível de implementação e escala. Por isso, seguiremos trabalhando para incorporar a visão do desenvolvimento urbano de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas em nossos planejamentos, Planos Plurianuais e Planos Diretores. Por outro lado, continuaremos priorizando o cuidado e empoderamento de nossas populações mais vulneráveis e encorajando cada vez mais prefeitos brasileiros a se unirem a esta proposta.

Marcio Lacerda, 69, administrador de empresas, prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da Frente Nacional de Prefeitos

## Fundação de Saúde de Teresina é premiada com o Selo Objetivos do Milênio 2015



Distinção reconheceu boa prática do município

Jânio Holanda / Pref. Teresina

A Fundação Municipal de Saúde (FMS) teve o projeto “Acolhimento e Classificação de Risco das Gestantes nas Unidades Básicas de Saúde de Teresina” premiado pelo Selo Objetivos do Milênio 2015. A honraria reconhece projetos, programas e ações consideradas boas práticas que visaram alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

“Nosso projeto teve como objetivo reduzir a mortalidade materno-infantil e ampliar o acesso com qualidade. Além de identificar os fatores de risco gestacional mais precocemente possível e garantir o pré-natal de acordo com a complexidade da gestação”, explicou Carlos Brito, geren-



te de Ações Programáticas da FMS.

Em dois anos a FMS registrou a redução da mortalidade materna em 72,5%. Dados indicam que Teresina (PI) passou de 13 óbitos maternos em 2012 para três em 2014. A diminuição é um reflexo de uma série de ações que acontecem na atenção básica de saúde. A prefeitura de Teresina teve ao todo nove projetos premiados pelo Selo Objetivos do Milênio 2015 ■

Boa prática indicada pelo município

### AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
30 de novembro a 11 de dezembro	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP 21	Paris (França)	www.cop21.gouv.fr
02 a 05 de dezembro	Visita técnica Projeto “Prevenção da Exploração Sexual e Sensibilização dos Turistas durante Grandes Eventos”	Rio de Janeiro/RJ	www.fnp.org.br
04 a 11 de dezembro	Fórum Internacional de Sustentabilidade Urbana e Território	Cuenca (Equador)	infoforosostenibilidadurbana@gmail.com
10 de dezembro	II Congresso Brasileiro de Gestão Pública	Brasília/DF	www2.camara.leg.br

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 2/12/2015.

# Debate sobre CPMF marca a pauta da retomada do CAF

Com a participação de prefeitos da FNP e representantes de outras entidades municipalistas, foi realizada a reunião de retomada do Comitê de Articulação Federativa (CAF). A audiência, conduzida pelo ministro chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini, ocorreu no dia 19 de novembro. Foram pauta da reunião os temas da ampliação do Supersimples, recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o piso salarial dos professores da rede pública. Em sua fala de abertura, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), afirmou que “sem a busca de convergência das lideranças dos diversos poderes, o país não vai sair da difícil situação que está”.

Na ocasião, os prefeitos aproveitaram a presença do secretário-executivo do ministério da Fazenda, Tarcísio Godoy, para reforçar a necessidade da rápida liberação das operações de crédito internacional.

“Eu não entendo essa falta de sensibilidade em não liberar as operações de crédito ainda este ano”, falou o prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário geral da FNP, em referencia a nota divulgada pelo ministério da Fazenda, que afirma ser “insustentável” a aprovação dos “vultosos volumes de operações de crédito”. O ministério da fazenda prevê o repasse de R\$1,7 bilhão até o final deste ano. Para 2016, o repasse deve ser de R\$4,6 bilhões, ainda no primeiro bimestre.

Conforme explicou o prefeito Marinho, os recursos liberados esse ano não serão executados efetivamente em 2016, uma vez que é um ano eleitoral. Para o prefeito Marcio Lacerda “não há razoabilidade com o calendário proposto”.

Pela FNP, também participaram desta reunião os prefeitos de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, 2º vice-presidente, e de Jaboaão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais.

## Retomada da CPMF

Os prefeitos da FNP pensam na recriação da CPMF como uma alternativa para o reequilíbrio fiscal dos municípios. Essa opinião é compartilhada pelos representantes das outras entidades e também pelo governo federal. “A recriação da CPMF pode ajudar a fechar as contas de 2016”, defendeu Berzoini. Outro consenso entre as entidades é a função do tributo como seguridade na saúde, no entanto, ainda não há concordância sobre as formas de partilha.

O prefeito de São Bernardo do Campo surgiu a criação de uma equipe de trabalho que buscasse aprofundar o debate. “Talvez fosse importante ter uma equipe de trabalho que buscasse aprofundar o debate em busca de um consenso”, afirmou Marinho.

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, seria importante unir o ministério da Saúde nesse debate. Para o presidente da FNP, o grande déficit está nas gran-



Financiamento da saúde preocupa prefeitos

des cidades, onde são ofertados serviços de alta e média complexidade. “Hoje, o grande drama em termos de déficits estão nas maiores cidades. Precisamos de uma análise mais aprofundada sobre isso”, disse.

A ampliação do Supersimples e o reajuste do piso nacional do magistério também foram tratados durante a reunião. No que diz respeito ao salário dos professores, o secretário-executivo do Ministério da Educação, Binho Marques,

afirmou que a previsão de aumento para o ano que vem será de 11,36%.

O prefeito Elias Gomes falou na concordância das entidades quanto ao reajuste salarial dos professores e destacou a importância de pensar nesse assunto com um olhar especial para os alunos. “Qual educação nós queremos para o país? Educação dos alunos. Essa discussão precisa ser politizada, precisamos de uma linguagem nova para oxigenar esse aparente conflito”, disse ■

## Berzoini recebe prefeitos para falar sobre o financiamento das cidades



Presidente da FNP salienta a importância de entendimento entre as lideranças políticas

Operações de crédito internacional e financiamento da saúde foram debatidos no dia 4 de novembro, em reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini. Pela FNP, participaram da audiência o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade, e o prefeito de Aracaju (SE), João Alves, vice-presidente de Mudanças Climáticas.

Membros da diretoria da FNP estão se articulando com o governo federal, em busca de soluções para a crise econômica que atinge os mu-

nicipios brasileiros. Para o grupo, a saúde é a área mais afetada, pois há dificuldades no financiamento.

Para Lacerda é necessário um entendimento entre as lideranças políticas das três esferas de governo para que ocorram mudanças estruturais no modelo de financiamento da gestão pública no país. “As despesas estão crescendo acima da capacidade dos impostos gerarem receitas”, destacou.

A liberação de operações de crédito internacional pode alavancar o desenvolvimento das cidades, com entrada de recursos

para obras e geração de emprego e renda. Segundo o prefeito João Alves, existe um desgaste na comunidade. “Alguns prefeitos que já começaram obras, muitas vezes precisam suspender tudo, pois o governo federal não libera as operações de crédito.”

O prefeito de Aracaju destacou a necessidade de honrar esse compromisso, com, ao menos, os municípios que já têm as operações engatilhadas. “Gostaria que o senhor levasse essa ponderação ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy”, pediu ao ministro Berzoini, que se comprometeu levar a reflexão também à presidente Dilma Rousseff.

Além dos prefeitos da diretoria da FNP, estiveram presentes o subchefe de Assuntos Federativos, Olavo Noleto, o assessor especial da Subchefia de Assuntos Federativos, Gilmar Dominici, e prefeitos representando a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) ■

## FNP trabalha pela liberação das operações de crédito internacional

Em resposta ao posicionamento do Ministério da Fazenda do dia 19 de novembro, em que a pasta declarou ser insustentável a aprovação de “vultosos” volumes de operações de crédito para entes subnacionais, a FNP divulgou uma nota à imprensa reafirmando “a necessidade de liberação de mais recursos já em 2015”.

“Tendo em vista que os recursos provenientes dessas liberações de crédito serão investidos em obras de menor porte, reafirmamos a capacidade dos municípios de realizarem com mais velocidade os investimentos demandados pela população”, diz um trecho da nota. Na declaração, a FNP também reiterou a necessidade de união das lideranças, seja no Estado ou na sociedade civil, na busca de caminhos e soluções para superar a difícil situação em que o país se encontra.

A importância da liberação das operações de crédito inter-

nacional para a geração de empregos também foi citada para sensibilizar o ministério da Fazenda, “principalmente em um momento em que o desemprego cresce no país”.

Segundo divulgação do ministério da Fazenda, está prevista a liberação de R\$1,7 bilhão até o final deste ano. Para 2016, o repasse deve ser de R\$4,6 bilhões, ainda no primeiro bimestre. O prazo, de acordo com a FNP, possivelmente não será executado em 2016, uma vez que há restrições por ser um ano eleitoral.

Ainda conforme o posicionamento da Fazenda, o Tesouro Nacional conduziu uma série de estudos e análises referentes à concessão de garantias da União e suas implicações diretas e indiretas sobre a situação do endividamento dos entes federados. Como resultado, foi identificada a necessidade de se estabelecer uma nova sistemática de análise e concessão de garantia soberana ■

## Tesouro Nacional recebeu contribuições em documentos que tratam de Consórcios Públicos

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) recebeu contribuições técnicas para finalizar os documentos de Instruções de Procedimentos Contábeis de Contabilização de Consórcios Públicos (IPC 10) e da Portaria que trata de normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos. Com as contribuições recebidas até o dia 30 de novembro, o objetivo é finalizar os textos e apresentar as minutas atualizadas na forma de IPC e como Portaria Ajustada.

A minuta de portaria trata

de orçamento, execução orçamentária do Consórcio Público, demonstrativos fiscais e contabilidade patrimonial dos entes consorciados, transparência, entre outros. Já o IPC traz instruções que buscam auxiliar a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios na implantação dos novos procedimentos contábeis, contribuindo para a geração de informações para os gestores públicos e para a sociedade.

O Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) realizou reunião

para consolidar informações e enviar contribuições para os documentos. O encontro foi realizado dia 23 de novembro, na sede do OCPF, em São Paulo (SP).

### Consórcios Públicos podem se filiar à FNP

As entidades de consorciamento podem integrar a FNP. Desde o mês de novembro, consórcios públicos podem se filiar à entidade que também mantém o observatório para tratar das atividades e experiências de consorcioamento ■

## Decisão garante autonomia dos municípios na iluminação pública



Divulgação

Depois de diversas reuniões e audiências, a FNP conquistou mais uma importante vitória no tema da iluminação pública nas cidades. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (estado de São Paulo) considerou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) não tem prerrogativa para determinar que os ativos de iluminação pública passem a ser responsabilidade das administrações municipais. A decisão foi tomada a partir de apelação apresentada pela prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na Justiça Federal, em 2013.

Com a deliberação publicada no Diário da Justiça Federal, no dia 6 de novembro, a causa da cidade paulista passa a ser exemplo para que outros mu-

nicipios também entrem na justiça com o mesmo objetivo. “Como vice-presidente da FNP de Infraestrutura Urbana, estou muito feliz em poder travar uma discussão com a ANEEL sobre a transferência dos ativos da energia elétrica para os 5.570 municípios brasileiros”, afirmou a prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera.

Com a transferência compulsória dos ativos das companhias distribuidoras para os municípios, haveria a transferência da responsabilidade pela manutenção de vários dispositivos da iluminação pública, dentre os quais as lâmpadas, para as prefeituras. Isso acarretaria em mais custos para os cofres municipais.

Segundo a prefeita, a deci-

são, que segue em tramitação, considera que a Resolução Normativa 414/2010, da ANEEL, extrapola o seu poder regulamentar, além de ferir a autonomia municipal assegurada no artigo 18 da Constituição Federal, uma vez que estabelece novos deveres e obrigações ao município. Conforme a decisão, a resolução fere o artigo 175 da Constituição, o qual estabelece que a prestação de serviços públicos deva ser feita nos termos da lei, não sendo suficiente, portanto, o estabelecimento de transferência de ativos ao Poder Público Municipal mediante ato normativo expedido por agência reguladora. Para a FNP, a decisão reflete a importância de zelar pela independência e autonomia dos entes federados ■

## Prefeitos aguardam decreto que regule Lei da dívida dos municípios com União

Após sanção presidencial da Lei Complementar 151/2015, que dispõe sobre a troca do indexador das dívidas dos municípios com a União, prefeitos de 180 municípios aguardam um decreto que regule as disposições gerais e abstratas da lei, permitindo sua aplicação.

De acordo com uma das emendas ao projeto, a União terá até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador.

Com o decreto, a Lei deve favorecer os 180 municípios brasileiros, que enfrentam o cenário

de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir. Desses, nove são capitais: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Belo Horizonte (BH), Recife (PE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Cuiabá (MT) e Vitória (ES).

Na ocasião da sanção, o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, destacou a medida como um avanço importante. “Trabalhamos muito pela justiça na renegociação dessas dívidas. Esse avanço vai permitir que muitos municípios reequilibrem suas finanças. É uma medida que vai ao encontro do desejável equilíbrio fiscal e do equilíbrio federativo.” ■

## Sebrae premia na área de Vigilância Sanitária



O Prêmio Prefeito Empreendedor 2015-2016, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e lançado durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), reconhece a capacidade administrativa dos gestores públicos que tenham implantado projetos com resultados comprovados, ainda que parciais, de estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão pública.

O Prêmio é dividido em etapas estadual e nacional e as categorias da IX edição são: Melhor Projeto, Implementação e Institucionalização da Lei Geral, Compras Governamentais de Pequenos Negócios, Desburocratização e Formalização, Pequenos Negócios no Campo, Inovação e Sustentabilidade, Municípios Integrantes do g100.

O Sebrae, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa), criou mais uma nova categoria para este ano: Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, que pretende premiar projetos com foco na melhoria das boas práticas de vigilância sanitária, executados pelo município, em prol do desenvolvimento dos pequenos negócios locais.

Podem ser inscritos e premiados projetos iniciados em gestões anteriores, desde que tenham alcançado melhores resultados nos anos citados.

A criação da categoria visa um maior reconhecimento da importância da promoção da saúde e do desenvolvimento social e econômico do país, com uma abordagem prioritariamente orientadora, e, acima de tudo, apoiadora destes empreendimentos.

Outras informações sobre o prêmio estão disponíveis no site: [www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br](http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br) ■

**10 CEUs  
EM GUARULHOS**



# GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCÊ

CEU GUARULHOS, É SEU, É NOSSO, É DE TODA A FAMÍLIA.

Como parte fundamental da rede municipal de ensino, com seus mais de 116 mil alunos, 10 CEUs foram entregues à população e mais 4 estão em construção.

Desde 2009, os CEUs recebem toda a população em seus espaços com salas de aula, piscinas adulto e infantil, ginásios, telecentros, bibliotecas, playground para os pequenos e mais de 50 cursos entre artes, música, teatro, dança e atividades esportivas para todos os gostos e idades.

- Mais de 60 mil m<sup>2</sup> de área;
- Mais de 40 mil pessoas frequentam os CEUs semanalmente;
- Mais de 23 mil alunos inscritos nos cursos;
- Todas as atividades e cursos totalmente gratuitos.

Os CEUs garantem aprendizado, desenvolvimento, lazer e bons momentos para quem os frequenta.

É Guarulhos crescendo junto com você.



Anairis Souza Santos  
Moradora do bairro do Pimentas



Saiba mais: [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

# Prefeitos trabalham em ações coordenadas para enfrentar desastre em Minas Gerais

Breno Pataro/FBH



MPs participaram da reunião em Mariana (MG)

No dia 23 de novembro, prefeitos mineiros e capixabas debateram ações conjuntas para a recuperação e indenização aos municípios afetados com o rompimento da barragem Fundão, em Mariana (MG). A reunião foi promovida pela FNP, a convite dos prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade, e de Mariana (MG), Duarte Júnior, vice-presidente para desastres ambientais.

Uma das decisões do encontro é que, sob coordenação do prefeito Duarte Júnior, e com o apoio da FNP, sejam construídos relatórios detalhados, contendo informações sobre ações emergenciais pendentes em cada município atingido pelo

desastre.

Os prefeitos solicitaram, e houve concordância dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal e da Samarco, que a definição sobre prioridades para o conjunto das demandas das prefeituras seja estabelecida em reunião, de forma coordenada entre os prefeitos. As questões relacionadas ao plano de recuperação dos rios serão negociadas entre a Samarco e as autoridades ambientais.

“O ideal seria que o grupo de prefeitos pudesse ter corpo técnico contratado com apoio de vocês para ficar 100% dedicado a isso, mediando relação dos prefeitos e ajudando a construir uma proposta para trazer para a Samarco”,

falou o prefeito Marcio Lacerda em conversa com o diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi.

Além dessas medidas, a FNP promoverá uma reunião dos prefeitos para avaliação do conjunto das demandas. O objetivo é trabalhar para adequá-las, caso necessário, aos recursos consignados no termo de compromisso firmado com o Ministério Público. O documento estabelece o acordo assumido pela Samarco de alocar um mínimo de R\$ 1 bilhão para reparar danos sócio-ambientais emergenciais e de infraestrutura. Será contratada, ainda, uma empresa de auditoria para atestar o uso dos recursos.

Tanto o MP Federal quanto o MP de Minas Gerais sugeriram que os municípios promovam acordos com a empresa, evitando a pulverização dos pedidos e a judicialização das demandas.

## Acordo da Samarco com Ministério Público

Por meio de um termo de compromisso preliminar com o Ministério Público Federal (MPF) e a mineradora Samarco, foi criado um fundo de R\$ 1 bilhão para ajudar os municípios que foram atingidos. Desse valor, R\$500 milhões

já foram depositados.

De acordo com o promotor de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Luciano Baldini, o dinheiro vai garantir a execução de medidas

preventivas emergenciais. “O valor cobrado da Samarco de R\$ 1 bilhão não é para quantificar o prejuízo. Tem a função de caução para a efetiva execução de medidas preliminares”, explicou ■



Prefeitos conversaram com a diretoria da Samarco

Breno Pataro/FBH

## Prefeito de Mariana vai a Paris em busca de apoio técnico e investimentos

Após a tragédia do rompimento da barragem Fundão, em Mariana (MG), o prefeito Duarte Júnior, a convite do prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, embarcou para Paris (França), com o objetivo de participar da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). O foco de sua viagem são reuniões com instituições internacionais de financiamento e fomento a projetos para a busca de parcerias técnicas que beneficiem as cidades atingidas pelo desastre. A agenda em Paris está sendo construída em parceria com a

FNP e o Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV).

O evento internacional, que busca um acordo entre os países para a diminuição de gases de efeito estufa, será realizado até 11 de dezembro. Além dos dois prefeitos mineiros, a delegação brasileira que participa da COP 21 é composta pelos prefeitos Eduardo Paes (Rio de Janeiro/RJ), vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional, Carlos Amastha (Palmas/TO), vice-presidente Estadual de Tocantins, Antônio Luiz Carvalho Gomes (Itu/SP) e a vice-prefeita de São Paulo/SP, Nádia Campeão.

## Abertura da COP 21

A tragédia ocorrida em Mariana também foi mencionada pela presidente Dilma Rousseff, no dia 30 de novembro, durante a cerimônia de abertura da COP 21. Segundo a presidente, esse foi o maior desastre ambiental da história do Brasil. “Estamos reagindo ao desastre com medidas de redução de danos, apoio às populações atingidas, prevenção de novas ocorrências e também punindo severamente os responsáveis por essa tragédia”, falou.

Leia mais sobre a Cop 21 na página 17 ■

## Moção de apoio às vítimas e aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem em Minas Gerais

Nós, prefeitos e prefeitas latino-americanos, reunidos na XX Cúpula da Mercocidades, em São Paulo/SP, acolhemos esta moção de apoio às vítimas e aos municípios atingidos pelo rompimento das barragens no estado de Minas Gerais, Brasil.

Diante dos inestimáveis estragos provocados pelo rompimento da barragem do Fundão, que pertencem à mineradora Samarco, em Mariana, no dia 5 de novembro, as prefeitas e os prefeitos presentes na Cúpula de Mercocidades além de prestar solidariedade às vítimas, familiares e amigos, defendem que será necessário propor e executar ações ainda mais efetivas para a resiliência das cidades.

A atividade da exploração mineral é uma riqueza finita, e que deve se refletir em conquistas perenes para as cidades onde estão instaladas e nos municípios vizinhos.

Por isso, nós prefeitos, defendemos uma divisão mais equitativa dos benefícios econômicos dessas atividades que impactam nos territórios de forma tão agressiva.

A tragédia já atingiu, com a enxurrada de lama, e continua afetando, com os prejuízos da contaminação do Rio Doce e o desabastecimento de água, pelo menos 15 cidades nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além do incalculável valor da perda de vidas humanas, trouxe imensurável desastre ecológico, econômico e social para municípios e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Frente a esse cenário, os prefeitos e prefeitas defendem a necessidade iminente de reunir esforços para a construção efetiva de cidades resilientes. Para isso, propõe avanços no debate entre municípios e governos regionais e nacionais para resultados ainda mais efetivos.

EM ANDAMENTO NOVO  
**TREVO**  
DE BONSUCESSO

# GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCE

UMA OBRA VIÁRIA PARA MELHORAR A VIDA DE MILHARES DE MORADORES DA CIDADE.

A obra do Novo Trevo de Bonsucesso é fundamental para melhorar a mobilidade em toda a cidade de Guarulhos.

Sob a Via Dutra, prosseguem em ritmo acelerado, a canalização do córrego Água Chata e o alargamento das pistas do viaduto.

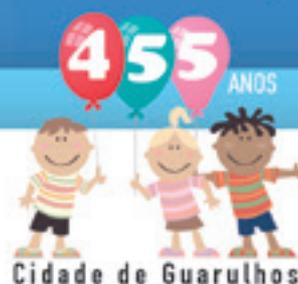
A obra beneficiará a população dos bairros do Pimentas, Bonsucesso, Cumbica e Presidente Dutra com redução do congestionamento e ampliação dos acessos à região.

- Mais de 150 mil veículos circularão com mais rapidez;
- Mais de 110 mil passageiros economizarão tempo nas viagens;
- Mais de 1730 viagens de ônibus municipais;
- Serão três viadutos para facilitar o tráfego da região;
- Alças de acesso independentes para todos os bairros;
- Faixas de pedestre revitalizadas e outras novas implantadas.

O Novo Trevo de Bonsucesso ajudará no escoamento do trânsito, reduzirá o tempo de trajeto, trazendo mais segurança e conforto para todos.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Zenivaldo Souza Santos  
Morador do bairro do Pimentas



Saiba mais: [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

# Fórum Vida Urbana promove debates sobre o futuro das cidades

Fotos divulgação/FBN



Centenas de pessoas participaram das discussões sobre planejamento urbano

**B**elo Horizonte (MG) sediou, nos dias 17 e 18 de novembro, uma importante discussão sobre o futuro das cidades. Autoridades e especialistas nas áreas de sustentabilidade e planejamento urbano contribuíram com os debates promovidos pelo Fórum Vida Urbana: Reflexões sobre o Futuro das Cidades, evento realizado pela FNP e a prefeitura da capital mineira.

Durante a cerimônia de abertura, o prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, destacou o fórum como uma oportunidade de debater “questões relevantes para a humanidade de forma geral”. Ele ainda falou sobre a necessidade de uma mudança no comportamento a nível global. “Podemos, de fato, intervir de forma efetiva e positiva”.

Na ocasião, a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, afirmou que o país vive um momento que necessita a construção de compromissos e enfatizou os debates como uma oportunidade. “Os prefeitos têm uma missão fundamental, pois são atores na elaboração dos compromissos e responsáveis pela implementação de agendas que envolvam o futuro das cidades”, falou.

Ao longo dos dois dias de evento, o *World Wildlife Fund* (WWF) e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade realizaram a exposição que demonstrou os trabalhos desempenhados por nove cidades brasileiras em busca da economia de baixo carbono. O grupo de cidades está inscrito para a edição de 2015/2016 do “Desafio das Cidades

da Hora do Planeta”, são elas: Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Campinas (SP), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Sorocaba (SP).

No primeiro dia de evento, além dos quatro primeiros painéis, os prefeitos de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP e de Betim (MG), Carlaile Pedrosa, aderiram ao Compacto de Prefeitos.

**Painel 1 - Cidades de valor e espaços públicos: atração de pessoas talentosas, criativas e inovadoras e estratégias para o desenho e gestão de espaços para uma cidade mais amigável**



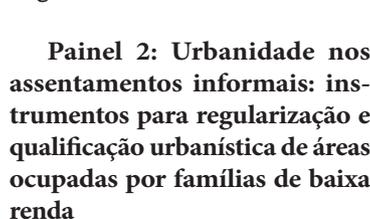
Mediado pelo secretário adjunto de Planejamento de Belo Horizonte, Leonardo Castro, o debate teve como objetivo o compartilhamento de boas práticas sobre o espaço público como local articulador da vida urbana, intermediação da construção de cidades e transformador de território.

O prefeito José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, participou da discussão e citou quatro pontos para a organização do espaço público: inclusão dos cidadãos nos processos, revitalização dos espaços públicos, investimento em espaço urbano virtual e incentivo ao empreendedorismo nos espaços públicos.

Essas quatro dimensões precisam interagir para que a gente possa criar cidades com sentido de pertencimento. O poder público nada mais é do que o zelador do espaço e deve permitir que todos possam conviver da melhor maneira possível e de forma plural”, disse Fortunati.

O painel contou, ainda, com contribuições do assessor da Coordenação da Cidade do Governo de Zapopan e da Organização das Nações Unidas para a Habitação (ONU-Habitat), Alfredo Hidalgo, que destacou a importância de um trabalho conjunto da sociedade com os governos locais.

**Painel 2: Urbanidade nos assentamentos informais: instrumentos para regularização e qualificação urbanística de áreas ocupadas por famílias de baixa renda**



Desafio enfrentado pelos municípios brasileiros e pauta atual em discussão, a questão dos assentamentos urbanos também foi abordada durante o fórum. Segundo a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, depois de muitas discussões foi inserido o tema dos assentamentos urbanos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como objetivo número 11. Outra agenda internacional foi destacada por Inês. Ela afirmou que a discussão promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Quito, é uma oportunidade de debater esse tema que, segundo ela, precisa ser considerado. “Nós precisamos concluir em nível global algumas pactuações: quais podem ser ‘ideias força’ que conduzirão processo de discussão em 2016”, destacou.

A representante do governo federal defendeu, ainda, que o direito das famílias que vivem em áreas irregulares seja reconhecido. “Equidade urbana é condição para sustentabilidade”, concluiu. Nesse sentido, o arquiteto e professor da Universidade de São Paulo (USP), Milton Braga, ressaltou a importância de seguir os países desenvolvidos em direções inclusivas, “que torna obrigatória a convivência da habitação social com habitação de mercado”. O professor falou, ainda, do fato de incluir as habitações sociais em espaços urbanizados, como por exemplo, a praia de Ipanema, no Rio de Janeiro (RJ). “Promover essa integração faz com que as habitações sociais não se tornem um gueto”, explicou.

O painel contou com mediação do assessor técnico para a ONU-Habitat e para o ministério das Cidades, na área de planejamento territorial e governança metropolitana, Felipe Francisco de Souza.

Temática recorrente nas agendas municipais, problemas como o desequilíbrio territorial e a falta de planejamento e recursos para a mobilidade urbana foram abordados no painel 3. Presente na discussão, o diretor-presidente do *World Resource Institute - Ross Center for Sustainable Cities* (WRI), Holgee Dalkmann, alertou que além de pensar em planejar uma cidade, é preciso pensar em expandir. “Temos que pensar no crescimento e como fornecer acessibilidade às pessoas”, considerou. Dalkmann alertou, ainda, a necessidade de plano de mobilidade para as cidades.

Para a diretora do Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento, Clarisse Linke, o planejamento urbano também precisa priorizar o espaço do pedestre. “Têm cidades que estão avançando em como produzir espaços públicos para as pessoas, pensando na segurança do desenho urbano, no entanto há uma série de medidas que precisam ser tomadas. Apenas uma placa não garante segurança”, alertou.

Como forma de colaborar com o espaço urbano, o uso de transporte coletivo foi abordado pelo diretor-presidente do WRI Cidades Sustentáveis, Luis Antônio Lindau. “Qualquer cidade com ruas que tenham três faixas e um fluxo grande de ônibus merece faixa exclusiva. Os Bus Rapid Transit (BRTs) surgem como possibilidade de ampliar, no sistema viário, o uso de transporte coletivo”, defendeu.

Outra questão levantada por Lindau foi o uso do solo, com incentivo de ocupação mais eficiente. Ele citou Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba como exemplos de boas práticas. “Boa parte desses projetos que a gente precisa implantar vai precisar de recursos e parte disso pode vir do desenvolvimento orientado”.

**Painel 3: Mobilidade além do transporte: aproximando pessoas e atividades e criando comunidades vibrantes e sustentáveis**



Temática recorrente nas agendas municipais, problemas como o desequilíbrio territorial e a falta de planejamento e recursos para a mobilidade urbana foram abordados no painel 3. Presente na discussão, o diretor-presidente do *World Resource Institute - Ross Center for Sustainable Cities* (WRI), Holgee Dalkmann, alertou que além de pensar em planejar uma cidade, é preciso pensar em expandir. “Temos que pensar no crescimento e como fornecer acessibilidade às pessoas”, considerou. Dalkmann alertou, ainda, a necessidade de plano de mobilidade para as cidades.

Para a diretora do Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento, Clarisse Linke, o planejamento urbano também precisa priorizar o espaço do pedestre. “Têm cidades que estão avançando em como produzir espaços públicos para as pessoas, pensando na segurança do desenho urbano, no entanto há uma série de medidas que precisam ser tomadas. Apenas uma placa não garante segurança”, alertou.

Como forma de colaborar com o espaço urbano, o uso de transporte coletivo foi abordado pelo diretor-presidente do WRI Cidades Sustentáveis, Luis Antônio Lindau. “Qualquer cidade com ruas que tenham três faixas e um fluxo grande de ônibus merece faixa exclusiva. Os Bus Rapid Transit (BRTs) surgem como possibilidade de ampliar, no sistema viário, o uso de transporte coletivo”, defendeu.

Outra questão levantada por Lindau foi o uso do solo, com incentivo de ocupação mais eficiente. Ele citou Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba como exemplos de boas práticas. “Boa parte desses projetos que a gente precisa implantar vai precisar de recursos e parte disso pode vir do desenvolvimento orientado”.

tado pelo transporte sustentável”, concluiu.

Com mediação do coordenador de Políticas de Sustentabilidade da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, Marcelo Cintra, o debate também contou com contribuições da professora titular da USP, Regina Maria Prosperi Meyer.

#### Painel 4: Cidades resilientes no Brasil: planejamento municipal e ações de adaptação às mudanças climáticas



Tendo em vista que uma cidade resiliente é a que possui planos de adaptações, o chefe Executivo de Tecnologia do Centro de Operações Rio Brasil, Alexandre Cardeman, e o secretário de Governança Local de Porto Alegre, Cezar Busatto, compartilharam experiências exitosas que as duas capitais desenvolvem no que diz respeito a antever as adversidades: o Centro de Operações do Rio e Desafio Porto Alegre Resiliente. “Nós vivemos a era da colaboração. Todos precisam trabalhar pela mesma causa, sem hierarquias, de forma horizontal. É assim que fazemos no projeto Desafio Porto Alegre Resiliente”, explicou Busatto.

Ambos os gestores entendem que a resiliência deve ser incorporada em todas as áreas do planejamento e trabalham para que seus municípios sejam referência em cidades resilientes. Atualmente, Rio de Janeiro e Porto Alegre são as duas únicas cidades brasileiras que fazem parte de um projeto de 100 cidades resilientes no mundo.

A representante da secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Neocilândia Oliveira, também participou do debate e passou um panorama do que o governo federal tem feito em relação às mudanças climáticas. “É necessário criar sinergias para enfrentar o desafio que o mundo todo enfrenta”, destacou.

#### Painel 5: Os planos diretores municipais: leis para uma nova agenda urbana



A construção de novos planos diretores, que garantam mobilidade urbana, tratamento diferenciado para assentamentos precários, inclusão social e desenvolvimento das cidades norteou os debates do primeiro painel do dia 18 de novembro, o quinto do evento. Os prefeitos de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, de São Paulo, Fernando Haddad, 1º vice-presidente Nacional da FNP, e de Palmas (TO), Carlos Amastha, vice-presidente Estadual, compartilharam suas experiências durante o primeiro painel do dia 18.

Sobre as inovações que a capital paulista propõe em seu novo plano diretor, o prefeito Haddad destacou a importância de garantir o acesso à terra aos cidadãos. Segundo ele, o valor da terra aumenta conforme as melhorias feitas. “O valor da terra é diretamente proporcional à infraestrutura da cidade, que vem de um esforço coletivo”, disse.

Nesse sentido, o prefeito falou da importância de garantir espaço em áreas centrais para população de baixa renda. Ele afirmou que, em São Paulo, é feita a reserva de áreas em Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) para pessoas mais carentes. “A demarcação de Zeis é fundamental e dobramos a quantidade em relação ao Plano Diretor anterior”, falou.

Outro ponto destacado pelo prefeito foi o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), fonte de financiamento de moradias populares abastecida pela cobrança de contrapartida social sobre novos empreendimentos imobiliários, previsto no Plano Diretor do município. “Temos muitos instrumentos legais para o gestor avançar em uma agenda socioambiental vigorosa”, completou.

Nessa discussão, o prefeito Márcio Lacerda falou do plano diretor da capital mineira, que, entre outros objetivos, pretende colaborar com a recuperação de anos de expansão imobiliária incorreta. “Nossa linha está focada em encontrar equilíbrio entre atividade empresarial e que respeite a propriedade social”, defendeu. O prefeito ainda falou sobre sua expectativa com a aprovação

do plano. “Temos esperança que a aprovação do plano diretor nos dará instrumentos para termos uma cidade mais equilibrada e acolher, em áreas centrais, pessoas com renda mais baixa, reduzir dificuldade de mobilidade e mais áreas de lazer.”

O painel contou com a mediação do diretor do escritório regional para América Latina e Caribe, do Programa da ONU-Habitat, Elkin Velásquez. Na ocasião, o Iclei entregou a certificação de conformidade plena a Belo Horizonte com o compromisso assumido pela cidade ao assinar o Compacto de Prefeitos.

#### Painel 6: O financiamento das cidades: gestão da renda fundiária para viabilização de investimentos



Conforme a emenda do painel, o desenvolvimento de novas formas de se regular a apropriação do solo da cidade tem sido considerado como alternativa para financiamento de soluções para os graves problemas urbanos. A busca por alternativas para a gestão fundiária com a viabilização de investimentos também justificaram a realização do debate.

A outorga onerosa, instrumento do Estatuto da Cidade que surge como um regulador do mercado imobiliário, foi um ponto bastante abordado durante o painel. Segundo a colaboradora do Lincoln Institute of Land Policy e Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial na área de Urbanismo, Camila Maleronka, isso não é fator de encarecimento dos empreendimentos.

Em São Paulo, de acordo com a apresentação do secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Fernando de Melo Franco, o montante da outorga vai para o Fundurb, que destina 30% para habitação, e 30% para o transporte, obrigatoriamente. “A arrecadação da outorga é mais intensa na área das subprefeituras mais privilegiadas, mas esse montante é gasto em áreas de mais vulnerabilidade”, ressaltou Melo. Segundo ele, essa é uma forma de contribuir com a redução das desigualdades.

Mediado pelo coordenador de

Projetos de Desenvolvimento Urbano do WRI Cidades Sustentáveis, Henrique Evers, o painel também contou com contribuições da especialista em Solo Urbano do Lincoln Institute of Land Policy, Catalina Molinatti, e com o assessor técnico no Escritório Regional para a América Latina e Caribe da ONU-Habitat, Cid Blanco.

#### Painel 7: A encíclica Laudato Si - participação dos prefeitos brasileiros em Roma



Em julho deste ano, prefeitos de diversos locais do mundo foram convidados pelo papa Francisco para uma discussão sobre o futuro das cidades. A delegação participou do Workshop “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades”, no dia 21 de julho e do Simpósio “Cidades e o Desenvolvimento Sustentável”, no dia 22.

O secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, que acompanhou o grupo de prefeitos brasileiros nessa agenda, participou do painel e destacou que a encíclica Laudato Si, documento escrito pelo papa que norteou os debates no Vaticano, tem muitos conteúdos que se relacionam muito com o tema do planejamento. “Alguns temas abordados no documento são visionários, inclusive em relação às tragédias que ocorreram em Mariana (MG) e em Paris, na França”, declarou.

Também presente na discussão, o padre Marcelo Carlos da Silva afirmou que o papel do papa Francisco, como líder espiritual, é convidar a todos para o diálogo com o mundo e seus desafios. O debate foi mediado pelo jornalista Carlos Viana, que fez a cobertura jornalística da agenda no Vaticano.

#### Painel 8: Desafios para o futuro das cidades: rumo à COP 21



A 21ª Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21) realizada em dezembro de 2015, em Paris, tem como principal objetivo construir um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, visando o enfrentamento ao aquecimento global. Tendo em vista esse evento que reafirma o protagonismo das cidades na tomada de decisões importantes, o tema foi debatido no último painel promovido pelo Fórum Vida Urbana.

Segundo o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink, há um desejo político de lograr resultados ambiciosos em Paris. A mudança do clima é uma questão global. “Essa é uma oportunidade espetacular de trazer o tema para o dia a dia das cidades”, falou.

O secretário apontou que o Brasil é o país que alcançou melhores resultados de redução de emissão de gases no planeta. “Apesar dos muitos avanços, ainda há necessidade de muito trabalho para chegar às ambições que nós propomos”, concluiu Klink.

Também presente no debate, a diretora regional do Iclei para a América do Sul, Jussara Carvalho, afirmou que as cidades são a solução. “É lá onde o modo de desenvolvimento é definido. As cidades são a nossa esperança de transição de um modelo de desenvolvimento concentrador para um modelo sustentável, de baixo carbono”, disse.

De acordo com dados apresentados pelo coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia da WWF, André Costa Nahur, a previsão da WWF é um aumento de 2,7 graus até o final do século. “No Brasil os cenários são mais graves: aumento de 3 a 6 graus em média. Mudança climática não é uma questão ambiental, é uma questão social”, alertou.

Com mediação do vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros, o debate teve também a participação do diretor do Centro de Pensamento estratégico internacional, Philipp Schorck ■



VISÃO MUNDIAL E CERS  
JUNTOS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DAS  
CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.

**A Visão Mundial, organização humanitária com foco na promoção do bem-estar e dos direitos da criança e do adolescente, em parceria com o CERS Cursos Online, maior instituição de ensino a distância do país, passou a desenvolver capacitação adequada para os agentes responsáveis pelo fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente.**

#### **SOBRE A CAPACITAÇÃO:**

Os professores e juristas mais importantes do País, componentes da equipe do CERS Cursos Online e Visão Mundial vão problematizar questões presentes no cotidiano das cidades, aprofundando o conhecimento do participante sobre os direitos da criança e do adolescente por meio de uma capacitação ampla, didática e customizada.

**Modalidade:** Online

**Tempo total:** 28h

#### **EMENTA:**

##### **Parte 1: CONSTRUÇÃO SOCIAL E MARCO LEGAL DOS DIREITOS HUMANOS PARA A INFÂNCIA**

Serão verticalizados, neste módulo, pontos como: construção histórica da infância, os marcos legais de proteção, os sistemas de garantia dos Direitos e as medidas socioeducativas.

Questões em debate: "Trabalho infantil e a redução da maioridade penal".

##### **Parte 2: PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS: ABORDAGENS PARTICIPATIVAS**

Nesta parte, os alunos entenderão pontos importantes como: o diagnóstico de proteção por meio da ouvida das partes, identificando problemas e propondo soluções; a prevenção nas escolas, nas famílias e nas comunidades; desenvolvimento de habilidades de autoproteção em crianças e adolescentes para prevenção da violência doméstica e sexual.

Questão em debate: Cyberbullying e Lei nº 13.010/2014 (Menino Bernardo).

##### **Parte 3: RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS**

No módulo final, serão capacitados para reconhecer situações de violação de direitos, em especial sinais de negligência, abandono, violência física, sexual e psicológica; Além disso, serão discutidos temas como a denúncia e os sistemas de informação em violência; a revitimização: desafios no atendimento às vítimas; as estratégias locais para prevenir e mitigar às violências contra crianças e adolescentes.

Questão em debate: adoção.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES E CONTRATAÇÃO ACESSE:  
CORPORATIVO.CERS.COM.BR/VISAOMUNDIAL OU ENTRE  
EM CONTATO PELO E-MAIL: CORPORATIVO@CERS.COM.BR**



## No Congresso

### Receitas e Despesas

No dia 25 de novembro foi apresentado parecer do relator, senador Humberto Costa, com voto favorável à PEC 128/2015. A PEC tem por objetivo restringir a capacidade de edição de atos da União que possam aumentar encargos dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou seja, a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. O parecer foi apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a matéria está pronta para a pauta na comissão.

### Terrenos de Marinha

Dia 24 de novembro o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 691/15, que autoriza a União a vender parte de seus imóveis, inclusive os terrenos de marinha, destinando os recursos ao Programa de Administração Patrimonial da União (Proap). A matéria segue para o Senado Federal, caso aprovado sem alterações vai para sanção presidencial.

### Recursos da CIDE

Dia 28 de outubro foi instalada a comissão especial que irá analisar a PEC 179/2007, que destina recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para o transporte coletivo. A comissão é presidida pelo deputado André Fufuca e tem como relator o deputado Mário Negromonte Jr. As audiências públicas ainda não iniciaram.

### Prazo para destinação de rejeitos

Em regime prioritário de tramitação, o deputado Eduardo Bolsonaro, relator do o PL 2289/2015, apresentou parecer na comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Projeto de Lei prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### Repatriação

Projeto de Lei da Câmara 186/2015, que trata da repatriação de recursos mantidos no exterior não declarados à Receita Federal, foi aprovado no dia 2 de dezembro pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Walter Pinheiro. O colegiado também aprovou pedido de urgência para que a proposta seja votada rapidamente pelo Plenário.

O texto aprovado é um substitutivo ao projeto de lei do Executivo que cria um regime especial de regularização dos bens e ativos de origem lícita, fixando um tributo único para a legalização.

## Precatórios: prefeitos aguardam aprovação final da PEC

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de novembro, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 74, que trata sobre o pagamento de precatórios. Até o fechamento desta edição, os prefeitos aguardavam a análise do texto em segundo turno para seguir a votação no Senado Federal, também em duas etapas.

Em reunião com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, realizada no dia 19 de novembro (confira na página 12), o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, destacou que o texto aprovado em primeiro

turno atende bem ao interesse das prefeituras e que a expectativa é a aprovação também no Senado Federal.

Segundo Lacerda, a PEC precisa ser votada rapidamente para que os prefeitos possam entrar em 2016 com o assunto resolvido. “Muitos municípios e Estados estão com dificuldades de pagar precatórios dentro da interpretação dada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, o que pode significar, inclusive, em sequestro de receitas”, falou.

**Articulação institucional**

A FNP tem trabalhado pela aprovação da PEC 74, que define as regras para pagamento dos precatórios e também trata da origem dos recursos que poderão ser usados para pagar os débitos.

Entre as ações propostas pela entidade e executadas pelos prefeitos da diretoria estiveram reuniões com parlamentares, com os presidentes da Câmara e Senado, além de audiências públicas. O tema foi tratado, ainda, durante a 68ª Reunião Geral da FNP, realizada no dia 8 de outubro, em Brasília, e é um dos pontos abordados na Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União ■

## Precatórios, depósitos judiciais e educação foram temas de audiências



Conceito de aprendizagem ao longo da vida foi pauta do debate

Neste mês de novembro, importantes assuntos para a pauta municipalista foram discutidos em audiências públicas. A FNP participou e acompanhou as discussões sobre o uso dos depósitos judiciais, cidades de aprendizagem e precatórios.

### Precatórios

No dia 4 de novembro, a Comissão Especial sobre Pagamento de Precatórios, da Câmara dos Deputados, realizou última audiência pública para elaboração do texto final da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 74/15). Além da FNP, participaram da audiência parlamentares, integrantes da sociedade civil e dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil. O Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte (MG) e presidente do Fórum de Procuradores das Capitais, Rúsvel Beltrame Rocha, representou a FNP e sugeriu três modificações do texto da PEC 74: A inclusão de outras finalidades dos recursos judiciais; a

criação de uma espécie de Desvinculação de Receitas da União (DRU) para as compensações e a inclusão expressa do termo ‘Administração Indireta’.

### Educação

O conceito de aprendizagem ao longo da vida, de forma qualificada e inclusiva, foi debatido durante audiência pública, promovida pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no dia 11 de novembro. Desenvolvido pela Unesco, desde 2013,

o conceito e o funcionamento da Rede Global de Cidades Aprendizagem foi apresentado na ocasião. O debate contou com as contribuições do prefeito de Jabotão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais da FNP.

### Depósitos judiciais

No Supremo Tribunal Federal (STF), durante discussão realizada dia 21 de novembro, o assunto debatido foi sobre o uso dos depósitos judiciais. A audiência, que contou com cerca de 40 especialistas, foi convocada pelo o ministro Gilmar Mendes, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5072, com o objetivo de qualificar as decisões do STF na execução e controle das contas públicas nos estados. A ação foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República para questionar lei estadual do Rio de Janeiro (RJ), que permite a utilização de parte dos depósitos judiciais para quitação de requisições judiciais de pagamento. ■



Alternativas para o pagamento de precatórios foram temas da audiência

# Conquista da FNP: Senado aprova novas regras para parcerias entre a administração pública e ONGs

Fruito de articulação política da FNP, como no diálogo do prefeito de Campinas (SP) e vice-presidente de Regiões Metropolitanas da entidade, Jonas Donizette, com a presidente Dilma Rousseff durante reunião com prefeitos no dia 22 de outubro, foi alterado para 1º de janeiro de 2017 o prazo para aplicação das novas regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil (OSCs) e a administração pública. A medida foi aprovada pelo plenário do Senado, dia 11 de novembro, por meio de projeto de lei, oriundo de Medida Provisória.

Além da nova data, o texto do deputado Eduardo Barbosa abre a possibilidade de que entidades com diretoria composta por detentores de mandato eletivo possam celebrar parcerias com a administração pública, desde que o dirigente não seja simultaneamente representante das duas partes. Esse item aten-

de a uma reivindicação da FNP, que é gerida exclusivamente por prefeitos em exercício dos mandatos. A matéria seguiu para sanção presidencial.

O marco regulatório das ONGs, regulamentado pela Lei nº 13019/2014, também foi debatido na plenária deliberativa de prefeitos da 68ª Reunião Geral da FNP. A preocupação levantada pelos prefeitos foi o impacto orçamentário que causaria a entrada em vigor da nova legislação, em janeiro de 2016. A FNP encaminhou ofício ao Congresso Nacional e ao governo federal pedindo que o início da vigência fosse adiado para janeiro de 2017.

## Alterações

Uma das mudanças feitas dispensa de chamamento público para a escolha da entidade as parcerias com recursos oriundos de emendas parlamentares. Se a parceria não envolver recursos públicos, por meio do

acordo de cooperação, também não será necessário o chamamento. Outro caso de dispensa é quando o objeto da parceria esteja sendo realizado com o cumprimento das metas há pelo menos seis anos ininterruptamente.

## Atuação diferenciada

Quanto aos requisitos exigidos para que as OSCs realizem parcerias com o poder público, o relator flexibilizou o tempo mínimo de existência requerido. Em vez dos três anos previstos atualmente, o texto exige um ano para parcerias com municípios, dois anos naquelas com os estados e mantém os três anos para acordos com a União.

## Benefícios

Uma das inovações é a concessão de benefícios às organizações da sociedade civil, independentemente de certificação. Essas organizações poderão receber doações de empresas

até o limite de 2% da receita bruta do doador e receber bens móveis da Receita Federal considerados irrecuperáveis, além de poderem distribuir ou prometer distribuir prêmios mediante sorteios, vale-brindes ou concursos com o objetivo de arrecadar recursos adicionais. Poderão se beneficiar disso as OSCs de diversos campos de atuação, desde assistência social, educação e saúde até aquelas promotoras da paz ou envolvidas no desenvolvimento de tecnologias alternativas.

## Revogações

O texto aprovado na Câmara e mantido no Senado faz diversas revogações na lei atual, dentre as quais destacam-se: o fim da publicação, no início de cada ano, dos valores da administração para projetos que poderão ser executados por meio de parcerias; o fim da exigência de constar do plano de trabalho elementos que demonstrem a

compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado; a retirada da proibição de parcerias para a contratação de serviços de consultoria ou apoio administrativo, com ou sem alocação de pessoal; a retirada da proibição de a OSC transferir recursos para clubes ou associações de servidores; a retirada da proibição de a OSC realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, publicidade ou obras que caracterizem novas estruturas físicas.

## Prestação de contas

Quanto à prestação de contas, mudou-se a sistemática que exigia sua apresentação ao final de cada parcela se o repasse não fosse único. Com a MP, somente se a parceria for de mais de um ano é que a prestação de contas será ao final de cada ano. Já o regulamento simplificado de prestação de contas não ficará mais restrito às parcerias com valores menores que R\$ 600 mil ■

## FNP pede celeridade na tramitação de projetos prioritários da pauta municipalista



Presidente do Senado recebeu prefeitos da FNP

Em reunião realizada com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, uma comitiva prefeitos da diretoria da FNP apresentou algumas das demandas mais urgentes para a pauta municipalista, entre elas, celeridade na aprovação do texto original do projeto que trata de ajustes no Imposto sobre Serviços (ISS). O encontro, realizado dia 19 de novembro, também foi marcado

pela entrega da Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União, aprovada durante a 68ª Reunião Geral da FNP, e ocorreu no Senado Federal, em Brasília (DF).

Participaram da comitiva os prefeitos de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º Vice-presidente Nacional, Maguito Vilela, de São Bernardo do Campo (SP) e secretário-geral,

Luiz Marinho, e de Jaboatão dos Guararapes (PE) e vice-presidente de Políticas Sociais, Elias Gomes. Na oportunidade, além do ISS, os prefeitos também trataram sobre a PEC dos Precatórios, Operações de Crédito Internacional e do projeto que altera regras do Supersimples.

Em relação ao projeto de ajustes no ISS, o PLS 386/2012, Lacerda defendeu a aprovação do texto originalmente aprovado pelo Senado no ano de 2013. De acordo com o presidente da FNP, essa pauta deve ser acompanhada pelos prefeitos no Congresso Nacional. “A aprovação do texto original do projeto é muito importante para as cidades, uma vez que permitiria um aumento da arrecadação já no próximo ano”, disse.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi receptivo à demanda. De acordo com ele, o projeto sobre ISS deve ser colocado em regime de urgência para que seja votado no Senado nas próximas semanas. Na oportunidade, reafirmou a impor-

tância do diálogo permanente com os prefeitos no acompanhamento dos projetos em tramitação na Casa.

Outro ponto apresentado pelos prefeitos foi a criação do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas que ainda não está implementado. Segundo Lacerda, “a efetiva atuação do Conselho permitiria uma discussão tripartite dos três níveis federativos junto com o legislativo na questão fiscal do país como um todo”, afirmou.

Sobre o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 74, que trata do pagamento dos precatórios, Lacerda falou que o texto aprovado na Câmara, no dia 17 de novembro, atende bem o interesse das prefeituras e que a expectativa é a aprovação também no Senado Federal. “A PEC precisa ser votada rapidamente para que possamos entrar em 2016 com esse assunto resolvido. Muitos municípios e Estados estão com dificuldades de pagar precatórios dentro da inter-

pretação dada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, o que pode significar, inclusive, em sequestro de receitas”, falou.

## Encontro com senadores

A celeridade na aprovação do texto original do projeto que trata de ajustes no Imposto sobre Serviços (ISS), PLS 386/2012, também foi pauta do encontro da comitiva de prefeitos com o senador Romero Jucá, autor do projeto, realizado no dia 19 de novembro, no Senado Federal, em Brasília (DF).

Romero Jucá se comprometeu em contribuir para que a votação da matéria em seu texto original se dê da forma mais rápida possível. “Estarei com o senador Roberto Rocha para tratar do assunto. A minha expectativa é que a matéria seja votada na próxima semana”, afirmou o senador.

A comitiva também tratou do assunto com os senadores Cristovam Buarque (DF), Antonio Anastasia (MG) e Humberto Costa (PE) ■

# São Paulo assume presidência da rede Mercociudades

Divulgação Pref. São Paulo



Rede comemora 20 anos de atuação na articulação internacional dos governos locais

Em assembléia realizada dia 14 de novembro, durante a XX Cúpula da Mercociudades, o prefeito de São Paulo (SP), Fernando Haddad, foi empossado presidente da Rede. A capital paulista substituiu a cidade argentina Rosário e ficará no posto até o fim de 2016.

“As cidades vem ganhando cada vez mais peso no cenário internacional, em funções de vários assuntos como a questão democrática, acesso a direitos sociais ou mudanças climáticas. Tudo isso impacta fortemente as cidades e, num contexto de estados nacionais, a única forma de sermos ouvidos é pela união”, afirmou o prefeito de São Paulo (SP), Fernando Haddad, 1º vice-presidente Nacional da FNP, durante a posse. “Tenho certeza que São Paulo promoverá o papel que a Rede Mercociudades tem e essa condução estará em ótimas mãos”, disse a prefeita de Rosário (Argentina), Mônica Fein.

Além da posse, a assembleia geral foi marcada pela mudança do novo estatuto da Mercociudades, aprova-

do pelos membros, que entre outros pontos, mudou a estrutura organizacional da cúpula, por exemplo, com a troca da figura da secretaria-executiva para coordenação-geral. Essa mudança democratiza a governança da rede, envolvendo mais prefeitos na governança. A FNP foi citada inúmeras vezes como entidade inspiradora de sucesso para a mudança estatutária da Mercociudades.

“Essa mudança do estatuto pretende instituir uma nova liderança e com essa nova liderança, pretendemos dar centralidade na condução da rede aos prefeitos”, afirmou o secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo, Vicente Trevas.

“Temos neste momento, uma tarefa histórica, que é nos unirmos como cidades latino-americanas e sul-americanas no sentido de termos posições mais comuns possíveis na COP-21 e na Habitat III”, afirmou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Márcio Lacerda, que também

participou do evento. O prefeito de Contagem (MG), Carlin Moura, vice-presidente de Participação Popular da FNP, estava ainda entre os governantes locais brasileiros.

Durante assembleia, também foi apresentada a Carta de São Paulo, com diretrizes para a agenda do desenvolvimento sustentável. O prefeito de Montevidéu (Uru-

guai), Daniel Martinez, também leu um manifesto de repúdio aos atos terroristas cometidos em Paris, na capital da França, no dia 13 de novembro ■



## MERCOCIUDADES

### Cúpula de Chefes de Governo

Prefeitos(as), Alcaldes(as), Intendentes(as)

### Conselho

Representação de acordo com proporcionalidade

### Direção Executiva

- Presidente
- Vice-Presidências Fixas:
  - Relações Institucionais
  - Desenvolvimento Econômico
  - Desenvolvimento Social
- Vice-Presidências Transitórias:
  - Integração Fronteiriça
  - Desenvolvimento Sustentável
- Comissão Diretiva
- Secretário(a) Executivo(a)

Colegiado de Coordenadores(as) de UTS

Unidades Temáticas

Secretaria Técnica Permanente

Divulgação Pref. São Paulo



Novo estatuto e estrutura marcaram reunião na capital paulista

## Declaração de São Paulo

A gravidade dos problemas que acometem a vida urbana no século XXI, a responsabilidade desta Rede em atuar estrategicamente diante de outros movimentos engajados no debate sobre estes problemas e o próprio objeto central de atuação da Rede – a promoção da integração regional – exigem sua atualização programática.

As cidades sul-americanas são cenários de migrações, voluntárias ou por necessidade, de epidemias decorrentes das poluições ambientais e de catástrofes naturais como enchentes e secas, dentre outros problemas que constituem grandes desafios para governantes preocupados com o futuro da humanidade. Em nosso continente, esses problemas decorrem tanto de processos históricos de desigualdades quanto das mudanças climáticas que atualmente atingem todo o planeta.

As cidades que governamos e habitamos não são as mesmas de 20 anos atrás. Elas cresceram e se complexificaram. Além disso, as cidades são hoje protagonistas no cenário internacional nos mais diversos aspectos. Elas têm uma posição privilegiada não só na possibilidade de mitigação dos problemas que nelas manifestam de maneira direta, mas também na oferta de soluções para desafios tanto urbanos quanto civilizatórios para o futuro da humanidade.

Nossa integração, por meio da Rede Mercocidades, potencializa a capacidade de governarmos essas cidades complexas, ao mesmo tempo em que nos vincula em nossas ações diante dos desafios comuns. Estes são de grande magnitude: as desigualdades socioeconômicas esocioespaciais, a fruição do ambiente urbano, as migrações, as epidemias e as catástrofes, o risco de esgotamento dos serviços ambientais, a violência e o risco à coesão social, entre tantos outros.

Ainda que certas áreas de políticas sejam atribuições formais dos Estados-Nação, nossas cidades podem e devem atuar sobre agendas que serão centrais para a COP-21, o Habitat III e a Agenda 2030, tais quais o meioambiente, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento urbano. Devemos nos aproveitar de nossa associação em Rede para juntos construirmos formas das cidades agirem sobre essas questões, não apenas de forma reativa, mas também propositiva.

Sabemos que não podemos perder de vista o fato de nossas cidades terem escalas diferentes e contextos político-institucionais variados. Isso, no entanto, não deve ser impedimento para pensarmos e agirmos de maneira conjunta e articula-

da. Temos de colocar claramente nossos desafios em debate e construir consensos sobre quais são comuns a todos. Somente assim poderemos construir pactos para superá-los.

Atuar em torno de desafios comuns promoverá, a um só tempo, cidades melhores e uma integração regional mais sólida.

Historicamente, o Mercosul promoveu integração política e econômica em nossa região por meio de nossos Estados-Nação. Nossas cidades são capazes de promover a integração social no continente, sendo nossa Rede o ambiente institucional propício para tal empreitada. A questão das populações migrantes em nossos centros urbanos é central nesse sentido.

Alguns de nós, entre eles Mônica Fein e Fernando Haddad, atores da transmissão da liderança da Rede na presente ocasião, além de outros prefeitos que governam cidades membro de Mercocidades, assinamos, em julho deste ano, a convite do Papa Francisco, o compromisso de proteger migrantes de situações de trabalho e prostituição forçados.

Podemos e devemos atuar igualmente para promover e ordenar, no território urbano, políticas de geração de trabalho e renda, educação, ocupação do espaço público, reaproveitamento de resíduos, proteção ao ambiente e aos serviços ambientais, entre outras. Devemos construir, em nossas Cidades, uma governança do território que promova a integração entre as políticas setoriais, e não sua fragmentação, pois a chamada “nova agenda urbana” não prosperará se não formos capazes de abordar a cidade em sua complexidade.

Entendemos a “nova agenda urbana” como promoção da tolerância à diversidade populacional, mitigação e reversão de impactos ambientais dadas as matrizes energéticas não-renováveis, ocupação do espaço público e a localização de moradias não-segregadas em face da atuação dos mercados imobiliário e automobilístico. Uma agenda urbana que seja de fato nova exige do Estado a condução de processos pactuados entre todos os atores da cidade para a superação das desigualdades que ameaçam a coesão social. Essas são tarefas eminentemente políticas. A maioria da tecnologia necessária já está disponível.

Desde o mês de abril, algumas cidades do continente produziram recomendações consensuadas sobre formas de atuar rumo à nova agenda urbana:

- Assumir a questão ambiental não como questão adjacente - ela subjaz

às outras questões urbanas;

- Gerir e preservar as fontes, nascentes e reservatórios de água;
- Ter como premissa a vinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano, liderando a estruturação de cadeias produtivas no território;
- Incorporar modelos de desenvolvimento alternativos, como a economia social e solidária;
- Atuar afirmativamente sobre as dimensões de gênero, raça e de pessoas com deficiência na questão do emprego;
- Promover a dimensão coletiva do espaço público nas políticas integradas para o sistema de mobilidade urbana e nos espaços verdes e de lazer, incorporando as dimensões de gênero, raça e das pessoas com deficiência;
- Refletir sobre a representação política e a dificuldade de absorção, por parte da/o cidadã/o, municípe, consumidor/a, dos consensos a respeito do desenvolvimento sustentável.

Para pensarmos estrategicamente as cidades, devemos retomar as categorias estratégicas, isto é, escalas e geopolítica:

- Escalas: cidade e seus diversos significados e dimensões, indo do local, ao nível dos bairros, ao global, e seu papel no mundo. Sem negligenciar a condição de conurbação e de metrópole;
- Geopolítica: interpretar políticas/disputas em relação ao espaço/território, de modo a agir de forma estratégica. Superar o estágio de experimentalismos e buscar políticas de Estado efetivas e perenes.

Para intercâmbios sobre a gestão de nossas cidades nos termos da nova agenda urbana devemos contar com nossos organismos multilaterais regionais, em especial a CEPAL, a Unasul e o Mercosul. Esse conjunto de atores podem inclusive auxiliar na construção de um selo Mercocidades, dado àqueles que participam de maneira ativa à elaboração e à implantação de políticas públicas construídas no seio da Rede.

Finalmente, a reafirmação dos vínculos entre Mercocidades e UCCI nos 20 anos da Rede confirma a vigência do fortalecimento das cidades organizadas em redes proativas, comprometidas com seus cidadãos.

São Paulo, 14 de novembro de 2015

## Condolências ao povo francês

Consternado com a gravidade dos ataques terroristas ocorridos em Paris no dia 13 de novembro, o prefeito de Belo Horizonte (BH) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, enviou à prefeita da capital Francesa, Anne Hidalgo, uma carta de condolências ao povo francês.

Confira a mensagem na íntegra:

Prezada Prefeita Anne Hidalgo,

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) brasileiros registra novamente sua solidariedade com o povo francês e, especialmente, os habitantes de Paris.

Como representantes eleitos democraticamente pela população das cidades do nosso país não podemos deixar de demonstrar nossa preocupação com os atentados desta sexta-feira, 13. De forma alguma podemos admitir a intolerância religiosa, política ou de qualquer natureza.

Nossos mais profundos sentimentos e os votos de que Paris, como uma cidade resiliente e democrática que é, saiba, mais uma vez, se reerguer dessa tragédia, com a força dos seus valores e das pessoas que almejam o bem comum e a paz.

Cordialmente,

Marcio Lacerda

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos do Brasil

## Cerimônia marca fim do projeto de prevenção à exploração sexual no turismo

O projeto “Prevenção da Exploração Sexual no Turismo e Sensibilização dos turistas durante os Grandes Eventos” está chegando ao fim. Conduzido pela FNP em parceria com a instituição italiana Iscos Piemonte, o projeto marcará seu encerramento com uma cerimônia, no dia 4 de dezembro, no Rio de Janeiro (RJ).

O objetivo do projeto foi a implementação de ações de sensibilização e capacitação sobre a temática da exploração sexual no turismo durante grandes eventos nas cidades que foram sede da Copa do Mundo de 2014. O evento conclusivo será também o momento para anun-

ciar o novo projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes”, o qual foi recém pré-selecionado pela União Europeia e que também será realizado pela FNP, Associação VivaRio,

Iscos Piemonte com o apoio dos municípios do Rio de Janeiro, Porto Alegre e da Rede Internacional

ECPAT (*End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Child for Sexual Purpose*).

Nos dias 2 e 3 de dezembro, acontecem ainda uma visita técnica com o objetivo de conhecer os equipamentos e programas da cidade do Rio de Janeiro para a proteção da infância e adolescência



**NÃO DESVIE O OLHAR!**

## FNP participa do Smart City Expo & World Congress

Paulo Oliveira / FNP



Evento sobre cidades inteligentes reúne governantes do mundo todo

Seis prefeitos da FNP participaram, de 17 a 19 de novembro, em Barcelona, Espanha, do Smart City Expo & World Congress, um dos principais eventos mundiais sobre cidades inteligentes.

Os prefeitos de Campinas (SP) e vice-presidente de Regiões Metropolitanas da FNP, Jonas Donizette; Guarulhos (SP) e vice-presidente estadual São Paulo da FNP, Sebastião Almeida; Sorocaba (SP) e vice-presidente de Mobilidade Urbana, Antonio Pannunzio; São José dos Campos (SP), Carlinhos Almeida; Divinópolis (MG) e vice-presidente de Gestão Pública, Vladimir Azevedo e Três Rios (RJ) e vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local, Vinicius

Farah, estiveram presentes representando o Brasil.

O Smart City Expo & World Congress reuniu mais de 350 palestrantes para compartilhar conhecimento, apresentar as suas visões e oportunidades de destaque no horizonte para as empresas e cidades.

O prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette, falou sobre o modelo tecnológico de sua cidade, intitulado “Campinas Cidade Inteligente – gerindo a inovação rumo a um território inteligente”.

Donizette comentou sobre o conceito de governança territorial inteligente, como o governo municipal gera a inovação e alguns resultados da gestão da inovação.

“É um ciclo, nós como governo

damos incentivo fiscal, capacitação, apoio a empresas de base, tentamos inovar organizacionalmente, implantamos o governo digital e fazemos parcerias com a academia e a iniciativa privada. Por outro lado, as empresas geram o empreendedorismo e as universidades, o ensino formal, a extensão e ensinam o empreendedorismo”, destacou.

“Neste período que estamos à frente da administração de Campinas, nós formamos mais de 350 agentes de inovação, criamos aceleradoras e incubadoras de empresas, fazemos a semana da Ciência e da Tecnologia, na qual envolvemos todas as nossas crianças da rede municipal de ensino para fomentar o gosto pela ciência e pela tecnologia”, completou Donizette ■

## Prefeitos conhecem experiências exitosas em Barcelona



Divulgação

Experiências bem sucedidas foram apresentadas aos brasileiros

Antes de iniciar o Smart City Expo & World Congress, os prefeitos de Campinas (SP) e vice-presidente de Regiões Metropolitanas da FNP, Jonas Donizette; de Guarulhos (SP) e vice-presidente estadual São Paulo da FNP, Sebastião Almeida; de Sorocaba (SP) e vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP, Antonio Pannunzio e de São José dos Campos (SP), Carlinhos Almeida participaram de visitas técnicas por vários pontos cidade espanhola.

Eles visitaram o Ecoparc, um equipamento ambiental dedicado a tratar de forma abrangente os resíduos da área metropolitana de Barcelona, e a Agência Municipal de Desenvolvimento de Barcelona (Barcelona Activa), que por mais de 25 anos, tem promovido o crescimento econômico de Barcelona e sua área de influência, fomentan-

do negócios, empreendedorismo e emprego, promovendo ao mesmo tempo a cidade internacionalmente e seus setores estratégicos, e o 22@, um modelo de distrito industrial, dentro da cidade de Barcelona.

Carlinhos Almeida, falou sobre o Ecoparc como exemplo para sua cidade. “Hoje, um dos grandes desafios que os gestores públicos têm é a questão dos resíduos sólidos. Sem dúvida alguma estamos conhecendo um modelo mais completo, chamado Ecopac, que trata do lixo da região metropolitana de Barcelona”, destacou o prefeito.

Já Donizette, falando sobre a Barcelona Activa, destacou que a agência incentiva o empreendedorismo e a inovação. “Essa agência é uma estrutura importante nesse mundo competitivo em que nós estamos vivendo” ■

## Cidades brasileiras aderem ao Compacto de Prefeitos pelo Clima

O Compacto de Prefeitos, maior coalizão de líderes locais comprometidos em reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), já conta com a adesão de cerca de 40 cidades brasileiras. A plataforma global é uma iniciativa histórica, lançada na Cúpula Climática das Nações Unidas em setembro de 2014.

Manaus (AM) foi a mais recente a integrar o grupo de cidades brasileiras. “Estamos na Amazônia. Queremos fazer parte desta ofensiva. Sabemos que recentemente passamos por problemas de queimadas no Amazonas. Mas, mesmo assim, ainda estamos no estado mais preservado do país. Faremos o que for possível e dentro do esforço das cidades brasileiras que aderiram ao pacto”,

afirma o prefeito Arthur Virgilio Neto, 1º Secretário da FNP.

O prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, a convite do Iclei, também assinou adesão ao Compacto de Prefeitos. Até o momento, Jaboatão dos Guararapes é a única cidade do G100 ((grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica) signatária do Compacto.

Em Belo Horizonte (BH), durante o Fórum Vida Urbana: Reflexões para o Futuro das Cidades, realizado de 17 a 19 de novembro, Betim (MG) e Porto Alegre (RS) também ratificaram a adesão à iniciativa ■



Adão Souza / PBH

Prefeito de Porto Alegre assinou compromisso durante evento em Belo Horizonte

## Prefeitos participam de debates sobre mudanças climáticas em Paris

Paulo Oliveira / FNP



Papel das cidades nas questões do clima faz parte das discussões

Uma delegação de prefeitos brasileiros participa, em Paris, da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). O evento internacional, que busca um acordo entre os países para a diminuição de gases de efeito estufa, segue até 11 de dezembro.

Integram o grupo os prefeitos Marcio Lacerda (Belo Horizonte/MG), presidente da FNP; Fernando Haddad (São Paulo/SP), 1º vice-presidente Nacional; Eduardo

Paes (Rio de Janeiro/RJ), vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; Carlos Amastha (Palmas/TO), vice-presidente Estadual de Tocantins; Duarte Júnior (Mariana/MG), vice-presidente para Desastres Ambientais, e Antônio Luiz Carvalho Gomes (Itu/SP).

Além dos prefeitos brasileiros, representantes dos 196 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), lideranças locais, autoridades e especialistas

também participam do evento, que propõe uma agenda intensa. Assembleias, conferências e visitas técnicas fazem parte da programação.

Cerne das discussões da COP 21, a questão ambiental é tema recorrente da FNP. A entidade realiza bianualmente o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), e promoveu, no dia 23 de novembro, uma reunião em

Mariana. O encontro reuniu prefeitos das cidades atingidas pela tragédia provocada pelo rompimento da barragem Fundão, que teve efeitos devastadores de alcance ambiental, social e econômico (Leia mais na página 6).

### Encíclica Verde

A convite do papa Francisco, seis prefeitos brasileiros compuseram um grupo de 60 governantes locais que participaram de dois grandes eventos no Vaticano. Os desafios enfrentados pelas cidades no que tange às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e escravidão moderna foram o tema dos debates.

Para a ocasião, os prefeitos prepararam um documento de posicionamento e pediram o apoio do governo federal para a construção de acordos na cúpula do clima em Paris que mantivessem o aquecimento global induzido pelo homem abaixo de 2°C.

### Contribuição Brasileira

As cidades brasileiras, com a assessoria técnica da FNP e dos Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), construíram um documento de posicionamento, junto ao governo federal, para apresentar na COP 21. Entre



os pontos elencados, estão:

- As cidades são atores chave para o enfrentamento às mudanças climáticas;
- Cidades brasileiras estão se comprometendo e trabalhando no enfrentamento à mudança do clima;
- No novo regime climático, a ser definido na COP 21, desejamos reconhecimento, engajamento e empoderamento dos governos locais e regionais;
- Inclusão dos governos municipais na governança da política climática nacional;
- Acesso a instrumentos de implementação, capacitação e financiamento;
- Resposta dos governos municipais à consulta pública do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima ■

## Presidente da FNP participa de painéis na COP 21

O prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, participou, no dia 2 de dezembro, de três painéis de debate da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). As atividades foram realizadas na estrutura instalada no parque de exposições em Le Bourget, na região Norte de Paris (França).

No painel “Melhores cidades em uma nova economia climática”, promovido pela World Resources Institute (WRI), Lacerda falou sobre a importância da aprovação dos

planos diretores. “Eu tenho a certeza que conseguiremos aprovar este plano. Eu digo que a crise encoraja o desenvolvimento, reduz a dependência do sistema particular de transporte, posteriormente, melhora a qualidade dos serviços, então o desenho das cidades da próxima geração certamente será baseado neste diálogo”, disse.

Além disso, o presidente da FNP contribuiu no painel “Resiliência Climática e Gestão de Riscos e Desastres” e no simpósio sobre estratégias para acelerar o pico de emissões em países em desenvolvimento ■



Marcio Lacerda falou sobre adaptação das cidades às mudanças climáticas

Paulo Oliveira / FNP

# Implantação da Redesim pauta reunião entre o Sebrae e FNP

Paulo Nogueiras / FNP



Marcio Lacerda se reuniu com o presidente do Sebrae Guilherme Afif Domingos

**D**urante reunião realizada com o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP e o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, foi reforçada a importância da parceria entre as duas instituições para incentivar o desenvolvimento local por meio de implantação de programas, como o da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

(Redesim). O encontro ocorreu no dia 12 de novembro, na sede do Sebrae Nacional, em Brasília (DF).

De acordo com o diretor-presidente do Sebrae a parceria justifica-se uma vez que o principal beneficiado com o processo de simplificação é o cidadão. Para ele, o processo exige uma aliança sólida entre a União, estados e municípios inspirados na própria Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que prevê um ordenamento de ações que visam simplificar processos, eliminar a burocracia,

aumentar a velocidade do atendimento e, principalmente, buscar a regularização maciça de negócios, especialmente nas áreas de maior carência social, como favelas. Essas áreas, segundo ele, têm imensa atividade econômica não regularizada em função de problemas fundiários. “A nova lei nos permite desconectar o problema fundiário do problema da regularização da empresa. Com isso, podemos fazer uma regularização acelerada, trazer para a cidadania aqueles que estão fora dela, dentro do em-

preendedorismo. Portanto, essa é a grande aliança que vamos fazer com a FNP”, finalizou.

Ainda, segundo Afif, os prefeitos devem assumir o comando do processo de simplificação dentro do município. “A simplificação é um ato de desejo político, não pode ser um programa burocrático. Então, a própria posição do prefeito, fechando nas ideias dentro desse sistema, junto com a União e estados é o caminho para o sucesso”, defendeu. “A parceria com a FNP, entidade municipalista, é fundamental para implantação do projeto, principalmente pelas cidades mais representativas onde mora a grande maioria dos brasileiros”, finalizou.

Na ocasião, o presidente da FNP falou da parceria para a promoção e incentivo ao desenvolvimento econômico local mantida entre as duas entidades desde 2009. “Devemos trabalhar para intensificar e valorizar esse relacionamento. Esta reunião foi uma oportunidade para intensificar, aprofundar e criar novos campos de cooperação e trabalho entre o Sebrae e a Frente”, disse.

Lacerda comemorou a pauta proposta pelo Sebrae. “Toda mudança que trabalhe no sentido de facilitar o investimento, o desenvolvimento econômico, o am-

biente de negócios nas cidades, independente do tamanho dela, é bem-vinda pelos prefeitos. Nós, da Frente, estamos dispostos a ser um canal de facilitação da adesão dos prefeitos a essas medidas de simplificação de desburocratização”, destacou.

Também participaram da reunião o diretor de administração e Finanças do Sebrae, Luiz Barretto, o gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick e o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre.

## Redesim

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) é um sistema integrado que busca simplificar e reduzir a burocracia de procedimentos quanto a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil. O sistema é uma das apostas dos gestores públicos municipais para incentivar o desenvolvimento local nos municípios. A junta comercial de Minas Gerais (Jucemg) possui convênio com o Sebrae desde novembro de 2012, quando foi implantado o Projeto Integrar, que desburocratiza o registro de empresas em oito estados e no Distrito Federal. ■

## ANAMMA promove seminário para debater financiamento da gestão ambiental

**A** Frente Parlamentar Ambientalista e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) promoveram nos dias 11 e 12 de novembro, na Câmara dos Deputados, o seminário “O Fortalecimento dos Órgãos Gestores Ambientais Municipais - Financiamento e Apoio Técnico”. O evento reuniu parlamentares e representantes de entidades para o debate sobre as perspectivas de financiamento da gestão ambiental.

O evento, que marcou também o lançamento da primeira edição da revista Anamma-Cidades Sustentáveis, novo veículo de comunicação da



Evento discutiu fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente

entidade, foi encerrado com a 2ª Reunião Ordinária 2015 da diretoria da entidade, eleita

no 24º Encontro Nacional realizado em junho deste ano em Campinas (SP) ■

## Censo vai mapear gestão ambiental nos municípios

**A** Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) realiza até o dia 22 de março o Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente. A iniciativa, que conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem a finalidade de mapear a situação da gestão ambiental dos municípios e torná-la conhecida para o debate em esfera federal.

A participação no cadastro garante, além de um certificado, uma cópia eletrônica do Manual de Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços Públicos Sustentá-



veis do Município de Campinas, que poderá servir de referência para cidades interessadas em implementar ou aperfeiçoar seus serviços de licenciamento ambiental.

Para responder ao Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente, acesse [www.anamma.org.br](http://www.anamma.org.br). Mais informações pelo telefone (19) 2116-0380 ■

# Portais de transparência são avaliados em todo o país

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, está realizando a avaliação dos portais de transparência de todos os estados e municípios do país. O objetivo é verificar os aspectos exigidos nas legislações, o parâmetro utilizado para avaliação dos portais e a métrica desenvolvida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

As primeiras avaliações foram realizadas no período de 8 de setembro a 9 de outubro. Caso sejam identificadas inconformidades dos portais com a legislação, as prefeituras serão notificadas com a recomendação de que sejam corrigidos e alinhados às Leis de transparência. Será respeitado o prazo de 120 dias para as adaptações necessárias, momento no qual será feita uma nova avaliação de

todos os portais de transparência, inicialmente prevista para o mês



**Acesso à Informação Municipal**

de maio de 2016.

O ranking nacional e os 27

rankings estaduais serão divulgados, formalmente, dia 9 de dezembro, data em que é celebrado o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Na data será anunciado também o balanço das recomendações feitas.

## Transparência

O não cumprimento das determinações propostas na Lei da Transparência e na Lei de Acesso à Informação poderá sujei-

tar o ente federado à suspensão do repasse de transferências voluntárias do governo federal. Ainda, em casos mais graves, há precedentes de ações de improbidade administrativa e denúncia criminal.

Para contribuir com o processo, a FNP, por meio do seu vice-presidente de Transparência e Dados Abertos, o prefeito de Niterói (RJ), Rodrigo Neves, tem comunicado as prefeituras e ressaltado a importância da avaliação do MPF ■

## Cartilhas trazem informações sobre encerramento de mandato

Prefeitos, vereadores e presidentes de Câmaras Municipais de todo o país encerraram seus mandatos em 2016. Com o objetivo de preparar os gestores para o cumprimento da legislação, alguns órgãos disponibilizam cartilhas com informações relevantes para a transição governamental nos municípios. Além de orientação, os materiais surgem como ferramenta de controle social e transparência, uma vez que oferecem informações sobre as restrições e regras impostas pela legislação.

Informações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) podem ser obtidas nas cartilhas, como, por exemplo, o limite de gasto com pessoal (até 60% da Receita Corrente Líquida), Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO); o limite para inscrição em restos a pagar não processados; a assunção de obrigação sem autorização orçamentária e a regra para recondução da dívida aos limites legais.

Outro ponto que deve ser observado pelos prefeitos é a importância do controle interno, que fornece informações sobre diversos setores e identifica riscos potenciais, possibilitando ações de prevenção, correção e o aperfeiçoamento da gestão.

Administradores públicos devem estar atentos, ainda, às condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral, previstas pela Lei 9504/1997. Caso não sejam respeitadas, podem resultar em consequências como inelegibilidade e cassação do registro.

O processo de transição de governo, que garante a continuidade da gestão e da prestação dos serviços

públicos, prevê a instalação de uma equipe de transição, o preparo e apresentação de relatórios e a disponibilização de informações necessárias para a condução desse processo.

### Cartilha de encerramento de mandato do governo federal

A cartilha desenvolvida pelo governo federal pode ser acessada em [www.portalfederativo.gov.br](http://www.portalfederativo.gov.br). O documento segue a linha de orientações sobre critérios para o cumprimento de obrigações legais e sugere medidas que facilitam esses procedimentos. Além disso, contribui com informações para a manutenção do planejamento dos projetos e programas governamentais.

### Cartilha de encerramento de mandato do TCE-ES

Em outubro deste ano, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) divulgou sua cartilha a prefeitos e equipes de administrações municipais de 57 cidades capixabas, totalizando 330 pessoas. O TCE-ES também autorizou o uso do material elaborado, com as devidas adaptações, para que seja feita orientação para o final de mandato.

O último ano do mandato impõe uma série de providências a serem adotadas pelos gestores públicos municipais. "Em ano eleitoral, certos cuidados devem ser redobrados para assegurar a regularidade das ações governamentais e a continuidade dos serviços públicos", de acordo com o texto assinado pelo conselheiro Domingos Augusto Taufner, presidente do TCE-ES.

O documento está disponível em: [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br) ■

## Arrecadação do ITR foi tema de audiência com ministro do MDA

Prefeitos da diretoria da FNP estiveram reunidos com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, no dia 2 de dezembro, para discutir formas de maximização da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Conforme dados do Portal da Transparência, os 2102 municípios conveniados com a Receita Federal arrecadaram, nos últimos 12 meses, R\$ 850 milhões com o imposto. O Incra estima que há um potencial de arrecadação de R\$ 8 bilhões anuais de ITR.

Diante desse cenário, os prefeitos apresentaram propostas para apoiar os municípios conveniados na fiscalização e cobrança do ITR. Entre as sugestões esteve uma base de referência de Valores da Terra Nua (VTN), que dê segurança jurídica e fiscal aos municípios. O VTN tem gerado contencioso fiscal dificultando a gestão do tributo pelos municípios. Uma base unificada de referência de VTN, referendada pelo Incra, poderá diminuir o volume de ações contestatórias e judicializantes, otimizando os processos e viabilizando ainda mais a atividade dos municípios relacionadas ao ITR.

Outro ponto abordado pelos prefeitos foi a gestão consorciada do ITR. Municípios desprovidos de capacidade técnica para cumprir com os requisitos previstos no convênio poderiam compartilhar fiscais tributários de municípios mais capacitados. A medida pode ampliar o número de municípios conveniados, uma vez que muitos deixam de celebrar o convênio por



Gestão consorciada do ITR também foi pauta do encontro

falta de corpo técnico competente.

Por fim, os prefeitos propuseram ao MDA que articule a instituição do Grupo de Trabalho Permanente - Observatório Extrafiscal do ITR (OEITR), previsto no Decreto nº 6.433/2008. A unificação das bases cadastrais rurais, atreladas a política arrecadatória do ITR, pode auxiliar no aperfeiçoamento e na construção de políticas públicas de organização e planejamento territorial, conservação e recuperação do meio ambiente, manutenção e conservação de estradas vicinais, no assentamento de agricultores desprovidos de terras, na garantia do abastecimento e da segurança alimentar e no planejamento e implementação da infraestrutura rural.

Participaram da reunião com o ministro, os prefeitos de Uruguaiana (RS), Luiz Augusto Schneider, representante titular da FNP no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Terri-

torial Rural (CGITR); de Cáceres (MT), Francis Maris Cruz, vice-presidente de Navegação Fluvial; de Mateus Leme (MG), Marlon Guimarães, vice-presidente para municípios até 50 mil habitantes.

### PAC das Máquinas

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal investiu cerca de R\$ 5 bilhões na aquisição e entrega de 18.071 máquinas a municípios com menos de 50 mil habitantes.

Prefeitos solicitaram ao ministro que os 114 municípios do grupo (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica) recebam também um kit de máquinas, pois são vulneráveis e muitos deles com alta quilometragem de estradas e vicinais, além do que os 114 kits cobririam um grupo de municípios que representam 24 milhões de habitantes ■



Os Processos da  
Prefeitura levavam  
6 meses tramitando.  
Agora tramitam  
em **10 dias**.

Exemplo real da Prefeitura de Maringá - PR

Os Processos do **RH**  
são tramitados  
e assinados de  
forma **100%** digital.

Caso real do Tribunal de Justiça de Pernambuco

**230** toneladas de  
papel que ocupavam  
área nobre, agora são  
armazenados com  
a **SINAX**.

Exemplo real da Prefeitura de São José dos Pinhais - PR

Conheça nossos produtos:

**Consultoria de Processos BPM**

**Software de BPMS + ECM**

**Plataforma Colaborativa**

**Logística Documental**

**Preservação Digital**



(41) 3039-9652 | (41) 3501-0906 | [www.sinax.com.br](http://www.sinax.com.br)